

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 24/07/2023 | Edição: 139 | Seção: 1 | Página: 56

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços/Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

PORTARIA Nº 302, DE 12 DE JULHO DE 2023

Instituir no Inmetro o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro que objetiva conceder bolsas em áreas de interesse do Inmetro, a pesquisadores, tecnologistas, técnicos e estudantes, que atuem no país ou no exterior, para desenvolver atividades no Instituto e fixar as diretrizes básicas de operacionalização do sistema de concessão de bolsas, bem como estabelecer o seu regramento.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e no inciso V do artigo 18, da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 11.221, de 05 de outubro de 2022, bem como tendo em vista o disposto no inciso XV do art. 3º, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e considerando o que consta no processo SEI 0052600.005740/2023-71;

CONSIDERANDO a necessidade de planejar e executar atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento científico e tecnológico em metrologia e infraestrutura da qualidade e áreas afins;

CONSIDERANDO a necessidade de prestar serviços de transferência tecnológica e de cooperação técnica, voltados à inovação e à pesquisa científica e ao desenvolvimento científico e tecnológico em Infraestrutura da Qualidade e áreas afins; bem como subsidiar ou complementar competências técnicas e/ou científicas específicas necessárias ao desempenho de atividades, ações e programas atribuídos às unidades principais e organizacionais do Inmetro, por meio da concessão de bolsas a pesquisadores, tecnologistas, técnicos e profissionais especializados em áreas de interesse do Inmetro.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parcerias com entidades de ensino para a formação e especialização profissional nas áreas de sua atuação, inclusive para programas de residência técnica ICT's do país e do exterior para fortalecer a atividade científica e tecnológica do Inmetro;

CONSIDERANDO a necessidade de atrair pesquisadores nacionais e do exterior para fortalecimento estratégico em atividades de interesse do Inmetro em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação;

CONSIDERANDO a necessidade do Inmetro atuar de forma mais efetiva na formação de recursos humanos em todos os níveis para o fortalecimento de suas atividades, bem como para a formação de mestres e doutores nas suas áreas de atuação;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o constante aperfeiçoamento de seus quadros através de estágios especializados em instituições do país e do exterior; e

CONSIDERANDO a necessidade de apoiar as empresas brasileiras e o setor produtivo para responder aos desafios do país: resolve:

Art. 1º Instituir no Inmetro o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Pronametro, para atendimento ao previsto no inciso XV do art. 3º, da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999 e fixar as diretrizes básicas de operacionalização do sistema de concessão de bolsas bem como estabelecer o seu regramento.

Art. 2º O Pronametro, programa vinculado à Diretoria de Inovação, Planejamento e Articulação Institucional - DPLAN por meio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CTINF, objetiva conceder bolsas em áreas de interesse do Inmetro, a pesquisadores, tecnologistas, técnicos e estudantes,

que atuem no país ou no exterior, para desenvolver atividades no Instituto, bem como em outras instituições acadêmicas, tecnológicas ou de inovação que assinem Acordo de Cooperação com o Inmetro, seja na esfera pública ou privada.

Art. 3º O Pronametro concederá bolsas de diferentes modalidades por meio de editais, ou ainda, nas modalidades "Encomenda" ou "Convite", aprovados pelo Presidente do Inmetro, cujos procedimentos encontram-se disciplinados em portaria própria.

Parágrafo Único. A bolsa concedida nos termos deste artigo caracteriza-se como doação, não configura vínculo empregatício e não caracteriza contraprestação de serviços.

Art. 4º Será permitida a concessão de qualquer modalidade de bolsa a estrangeiro, desde que atenda às condições estabelecidas, em situação regular no País.

Art. 5º As bolsas são temporárias, concedidas por períodos variáveis, conforme portaria e demais normativos jurídicos que regem cada subprograma, com acompanhamento e avaliação formal de desempenho dos bolsistas.

Parágrafo Único. As modalidades de bolsas a serem concedidas obedecerão aos critérios definidos no Anexo I desta Portaria.

Art. 6º A concessão das bolsas deve, também, possibilitar:

I - a participação de pesquisadores vinculados a outras instituições públicas ou privadas ou vinculados a empresas de base tecnológica, que trabalhem em tempo parcial em projeto ou programa de interesse do Inmetro;

II - o apoio a pesquisadores que trabalhando nas suas instituições de origem possam desenvolver projetos de interesse do Inmetro.

Parágrafo Único. No caso do inciso II, devem ser assinados acordos de cooperação, contemplando, entre outras, cláusulas que protejam as instituições por eventuais descontinuidades, bem como estabeleçam as condições sobre os direitos de patentes e conhecimentos adquiridos.

Art. 7º As bolsas sob a forma individual estão necessariamente vinculadas a projetos e planos de trabalho e são gerenciadas por seus supervisores.

Art. 8º Os supervisores, chefes de laboratório ou chefes de Divisão terão como atribuições o acompanhamento do bolsista quanto a seu desempenho, cumprimento de metas, resultados obtidos, execução do cronograma, comparecimento ao local de trabalho, reportando à DPLAN/~~CTINF~~ justificativa quanto à continuidade da bolsa ou sua interrupção.

Art. 9º Os projetos e planos de trabalho são selecionados em função de Chamadas Públicas ou através do rito de concessão próprio previsto para as bolsas das modalidades "Encomenda" ou "Convite".

Parágrafo Único. A concessão de bolsas aos candidatos selecionados para participar do Pronametro e seus subprogramas atenderá aos objetivos, critérios de classificação e requisitos expressos em cada instrumento convocatório.

Art. 10. Os bolsistas somente poderão exercer atividades administrativas quando tiverem relação com o Projeto ou o Plano de Trabalho na consecução de suas metas.

Art. 11. O Inmetro poderá custear despesas com diárias e passagens dos bolsistas Pronametro, quando o deslocamento tiver relação com a execução das metas do projeto e do planos de trabalho, desde que acompanhado de um servidor, e previamente aprovado pelo Presidente do Inmetro.

Parágrafo Único. O bolsista poderá ter despesas com diárias e passagens pagas com recursos de outros projetos/externos ou organismos externos, desde que devidamente autorizadas pelo seu supervisor, bem como pelo chefe da UP em que a bolsa estiver vinculada.

Art. 12. O Pronametro será constituído por diferentes subprogramas, aprovados por portarias próprias, com o objetivo de atender às necessidades específicas.

Art. 13. A gestão de cada subprograma Pronametro será realizada por uma Comissão Gestora específica, definida em cada portaria dos subprogramas, escolhida e nomeada, por meio de portaria, pelo Presidente do Inmetro e terá as seguintes competências:

I - aprovar alterações nas portarias e editais;

II - aprovar as minutas de editais do Programa

III - formar comitês ad hoc para assessoramento nas avaliações dos projetos e planos de trabalho submetidos em cada subprograma e nos pedidos de renovação de bolsas, quando julgar necessário;

IV - convidar especialistas para assessoramentos específicos, quando necessário;

V - aprovar as modalidades de bolsas a serem implementadas em cada subprograma;

VI - analisar e aprovar as propostas de bolsas recomendadas pelos Comitês ad hoc; e

VII - renovar ou cancelar bolsas com base nos pareceres dos Comitês ad hoc.

Art. 14. Os Comitês ad hoc constituídos por um número de especialistas definido pela Dplan, composto de membros do Inmetro e outras instituições congêneres, terão como competências:

I - avaliar as propostas submetidas pelos candidatos a bolsas quanto à aderência às prioridades estabelecidas pelo Inmetro, quanto às condições de infraestrutura existentes para realização do projeto e quanto à capacidade/competência do candidato em executar o projeto;

II - avaliar a modalidade de bolsa solicitada quanto aos requisitos estabelecidos na Modalidade de Bolsa; e

III - recomendar ou reprovar a concessão de bolsa para análise da Comissão Gestora específica de cada subprograma.

Art. 15. Os critérios de enquadramento de bolsistas, os níveis e respectivos valores das bolsas são definidos no "Quadro de Níveis e Valores de Bolsas", constante no Anexo I desta Portaria e, serão aplicados para todos os subprogramas do Pronametro e demais modalidades de bolsa.

Art. 16. Os projetos apresentados para concorrer a uma vaga de bolsa deverão ser aprovados pelo chefe da Divisão e pelo Diretor da Diretoria ou Coordenação-Geral, ligada à Presidência do Inmetro onde o projeto será desenvolvido, indicando se o projeto é de interesse do Inmetro e se a infraestrutura existente permite seu desenvolvimento.

Art. 17. O Inmetro poderá cancelar, suspender a bolsa a qualquer tempo, quando constatadas infringência a qualquer das condições às normas aplicáveis à concessão, bem como por desempenho insatisfatório ou outros motivos de interesse da Administração e cortes orçamentários, sem prejuízo da aplicação dos dispositivos legais que disciplinam o ressarcimento dos recursos.

Art. 18. A concessão de bolsa Pronametro não gera vínculo de qualquer natureza ou relação de trabalho e está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do Inmetro.

Art. 19. O apoio ao Pronametro dar-se-á por meio de alocação específica de recursos ao Programa em montante estabelecido pelo Presidente do Inmetro, bem como através dos recursos oriundos dos acordos de cooperação e termos de execução descentralizada.

Parágrafo Único. Os recursos serão aplicados exclusivamente no apoio à execução dos projetos e planos de trabalho submetidos pelos candidatos selecionados e aprovados pela Comissão Gestora específica de cada subprograma.

Art. 20. O Anexo I desta Portaria somente produzirá efeitos para a concessão de novas bolsas ou em caso de renovação, estendendo-se ainda, o mesmo entendimento às bolsas concedidas por meio de termos de execução descentralizada vigentes.

Art. 21. Fica revogada a Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, publicada no DOU de 3 de julho de 2017, Seção 1, páginas 40 e 41.

Art. 22. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO

ANEXO I

QUADRO DE NÍVEIS E VALORES DE BOLSAS

Critérios de enquadramento dos bolsistas	Modalidades /Níveis	Valor da Mensalidade
Desenvolvimento Científico e Tecnológico	DCT	
Pesquisador/Técnico de nível superior com: doutorado, experiência e liderança, aprovada pelo Comitê Ad Hoc, Formação e/ou coordenação de Recursos Humanos, obtenções ou desenvolvimento de produtos, processos ou serviços, com experiência profissional mínima de 4 anos.	DCT-1	R\$ 15.000,00
Pesquisador/Técnico de nível superior, Mestre ou doutorando, experiência profissional mínima de 03 anos.	DCT-2	R\$ 11.000,00
Pesquisador/Especialista/Técnico de nível superior com: experiência profissional; ou técnico de nível superior em áreas estratégicas definidas em edital.	DCT-3	R\$ 8.000,00
Técnico de nível superior com experiência profissional em áreas estratégicas definidas em edital; ou técnico de nível médio com 5 anos de experiência em áreas estratégicas definidas em edital.	DCT-4	R\$ 5.000,00
Graduando ou Técnico de nível médio com experiência profissional.	DCT-5	R\$ 2.400,00
Técnico de nível médio ou estagiário diplomado por curso técnico apoiado pelo Inmetro.	DCT-6	R\$ 1.300,00
Bolsa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)	BPG	
Candidatos aprovados no processo seletivo de cada Programa de Pós-Graduação do Inmetro, desde que tenham obtido classificação adequada e atendam aos requisitos para admissão como bolsista do Pronametro.	BPG-D BPG-M	R\$ 3.100,00 R\$ 2.100,00
Iniciação Científica e Tecnológica	ICT	
Alunos dos cursos de nível superior da rede pública ou privada de Educação.	ICT-NS	R\$ 700,00
Estagiários do 4º ano do Ensino técnico de Nível Médio.	ICT-NM	R\$ 600,00
Alunos dos cursos de nível médio da rede pública ou privada de Educação, inclusive aqueles promovidos pelo Inmetro.	ICT-NM	R\$ 300,00

OBSERVAÇÕES:

Pesquisadores que possuem vínculo com outras instituições que tenham Acordos de Cooperação com o Inmetro, classificados nas categorias DCT-1 a DCT-3, poderão receber 20, 40 ou, excepcionalmente, 60 por cento do valor da bolsa descrita na Tabela 1, em função da dedicação a proposta de interesse Inmetro.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Bolsistas para renovação	Nível de Bolsa
Amanda da Silva Ferreira de Moraes	DCT-4 100%
Edna Lopes Alves	DCT-4 100%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2025.

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO
Presidente do Instituto

RETIFICAÇÃO

Na **Portaria Inmetro n.º 302, de 12 de julho de 2023**, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2023, seção 1, páginas 56 e 57,
Onde se lê:
... "Art. 2º O Pronametro, programa vinculado à Diretoria de Inovação, Planejamento e Articulação Institucional - DPLAN por meio da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CTINF, objetiva conceder bolsas em áreas de interesse do Inmetro,"...

Leia-se:
... "Art. 2º O Pronametro, programa vinculado à Diretoria de Inovação, Planejamento e Articulação Institucional - DPLAN por meio da Coordenação-Geral de Governança, Planejamento e Orçamento - CGPLO, objetiva conceder bolsas em áreas de interesse do Inmetro,"...
Onde se lê:
... "Art. 8º Os supervisores, chefes de laboratório ou chefes de Divisão terão como atribuições o acompanhamento do bolsista quanto a seu desempenho, cumprimento de metas, resultados obtidos, execução do cronograma, comparecimento ao local de trabalho, reportando à DPLAN/CTINF justificativa quanto à continuidade da bolsa ou sua interrupção,"...

Leia-se:
... "Art. 8º Os supervisores, chefes de laboratório ou chefes de Divisão terão como atribuições o acompanhamento do bolsista quanto a seu desempenho, cumprimento de metas, resultados obtidos, execução do cronograma, comparecimento ao local de trabalho, reportando à DPLAN/CGPLO justificativa quanto à continuidade da bolsa ou sua interrupção,"...

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO
Presidente do Instituto

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro n.º 303, de 12 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2023, seção 1, páginas 11 e 12,
Onde se lê:
... "Art. 5º A solicitação de apoio nas modalidades "Encomenda/Convite" deverá ser apresentada à Dplan/Ctinf/Pronametro, pela chefia da unidade principal onde será desenvolvido o projeto, conforme descrito no Anexo I."...

Leia-se:
... "Art. 5º A solicitação de apoio nas modalidades "Encomenda/Convite" deverá ser apresentada à Dplan/Cgplo/Pronametro, pela chefia da unidade principal onde será desenvolvido o projeto, conforme descrito no Anexo I."...
Onde se lê:
... "3. Documentos necessários:
O proponente deverá encaminhar à DPLAN/CTINF /Pronametro, Na DPLAN/CTINF, os documentos abaixo: "...

Leia-se:
... "3. Documentos necessários:
O proponente deverá encaminhar à DPLAN/CGPLO/Pronametro, Na DPLAN/CGPLO, os documentos abaixo: "...

MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO
Presidente do Instituto

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 2.064, DE 15 DE JULHO DE 2025

Aprova o Projeto Técnico-Econômico Industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TCL SEMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDICIONADORES DE AR S.A.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 97/2025/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 102/2025/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.001773/2025-67, resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto Técnico-Econômico Industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TCL SEMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONDICIONADORES DE AR S.A, CNPJ: 26.794.410/0001-45, Inscrição SUFRAMA: 20.0126.00-8, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 97/2025/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 102/2025/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de UNIDADE EVAPORADORA PARA CONDICIONADOR DE AR "SPLIT SYSTEM", código SUFRAMA 1369, e UNIDADE CONDENSADORA PARA CONDICIONADOR DE AR "SPLIT SYSTEM", código SUFRAMA 1370, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos a se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 31, de 06 de dezembro de 2023;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

PORTARIA SUFRAMA Nº 2.065, DE 15 DE JULHO DE 2025

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa CONSTANTA DA AMAZÔNIA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11, os termos do Parecer de Parecer de Engenharia nº 100/2025/CAPI/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 96/2025/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.000939/2025-28, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa CONSTANTA DA AMAZÔNIA LTDA., CNPJ: 31.405.471/0001-03, Inscrição Suframa 20.0161.22-9, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 100/2025/CAPI/CGPRI/SPR e do Parecer de Economia nº 96/2025/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de TERMINAL DE CAPTURA DE DADOS (TRANSAÇÕES COMERCIAIS), código Suframa 0335, e CHAVE ELÉTRICA PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 1000V, BASEADA EM TÉCNICA DIGITAL (SMART SWITCH), código Suframa 2337, recebendo os incentivos fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto TERMINAL DE CAPTURA DE DADOS (TRANSAÇÕES COMERCIAIS), do Processo Produtivo Básico fixado na Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEEXEC-MCTI nº 7.841, de 22 de setembro de 2022, naquilo que for pertinente;

II - o cumprimento, quando da fabricação do produto CHAVE ELÉTRICA PARA TENSÃO NÃO SUPERIOR A 1000V, BASEADA EM TÉCNICA DIGITAL (SMART SWITCH), do Processo Produtivo Básico fixado na Portaria Interministerial SEPEC-ME/SEEXEC-MCTI nº 58, de 9 de outubro de 2020, com as alterações das Portarias Interministeriais SEPEC-ME/SEEXEC-MCTI nº 8.872, de 23 de julho de 2021; nº 1.167, de 10 de fevereiro de 2022; e nº 8.646, de 29 de setembro de 2022; e MDIC/MCTI nº 30, de 6 de dezembro de 2023; nº 60, de 14 de maio de 2024; nº 70, de 12 de agosto de 2024 e nº 105, de 1º de abril de 2025, naquilo que for pertinente;

III - o investimento em atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), de no mínimo o percentual exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos correspondentes à comercialização dos produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

IV - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

V - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

VI - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

PORTARIA SUFRAMA Nº 2.066, DE 15 DE JULHO DE 2025

Aprovar projeto agropecuário pleno para a implantação de Cultivo de Açaí de interesse de M D DE S ROCHA LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 71, de 26 de julho de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 37, os termos do Parecer nº 275/2025/COAPAG/CGPAG/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.008564/2022-00, resolve:

Art. 1º APROVAR o Projeto agropecuário pleno para a implantação de exploração de Cultivo de Açaí, de interesse de M D DE S ROCHA LTDA, CNPJ:46.629.543/0001-73, na forma de Parecer Técnico nº 275/2025/COAPAG/CGPAG/SPR/SUFRAMA, para a implantação das atividades abaixo descritas em um lote com área de 2.493,0814 hectares, localizado na AM-010, km - 92, margem direita, estrada vicinal ZF-07, km - 44, margem esquerda, no Distrito Agropecuário da Suframa, Rio Preto da Eva.

DISCRIMINAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM IMPLANTADAS (HECTARES)					Total
	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	
Açaí	85	85	75	65	65	375

INVESTIMENTOS PREVISTOS (R\$)					
	1º	2º	3º	4º	5º
Todas atividades	6.277.109,62	6.007.102,35	7.651.643,54	9.197.809,07	9.197.809,07
Total	36.349.306,74				

MÃO DE OBRA											TOTAL
ANO	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	
Fixa	18	22	26	30	35	37	39	39	39	39	324
Variável	4	6	13	15	17	19	21	21	21	21	158
Total											482

Art. 2º DETERMINAR sob pena de cancelamento do projeto aprovado, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

II - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

III - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 71, de 26 de julho de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor, ou que vierem a vigorar; e

IV - o cumprimento das exigências contidas no Edital de Concorrência 3 (SEI 1294708) e no Projeto Básico SEI 1248101.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA

